

# “Nós Outros, Neo-Ibéricos”: O Entre-Lugar da identidade nacional no pensamento de Manoel Bomfim

Luiz Fernando Valente

Recebido 29, jan. 2007/ Aprovado 19, mar. 2007

## Resumo

*A obra de Manoel Bomfim (1868-1932) demonstra uma compreensão profunda e bastante avançada para sua época do complexo e ambíguo relacionamento entre os países ibéricos e, para usar as próprias palavras do pensador sergipano, “nós outros, neo-ibéricos,” terminologia que ele prefere a “latino-americanos.” Bomfim define o singular espaço ocupado pelo Brasil dentro da geografia sócio-político-cultural lusófona em termos de uma dialética entre uma mentalidade consciente da sua diferença, que poderíamos qualificar como pós-colonial já no século XVII, e o persistente “parasitismo” da herança ibérica, que teria “infectado” nosso corpo político e social, deixando seqüelas das quais ainda não nos conseguimos recuperar. Rejeitando as noções de síntese e harmonia caras ao pensamento oficial e codificadas no século XIX pelos textos de von Martius, Bomfim constrói a identidade brasileira como um “entre-lugar,” configurando-a através de uma espécie de psicomaquia entre de um lado um espírito independente, criativo e contestador, presente desde o início da nossa formação, e do outro um corpo (sócio-político) doente, contagiado pelo decadente colonialismo português. Seus escritos prefiguram muitas das idéias que seriam posteriormente desenvolvidas pela nata da intelectualidade brasileira durante a primeira metade do século XX, como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado, Jr, entre outros.*

Palavras-chave: *parasitismo, pós-colonial, identidade, entre-lugar, neo-ibérico*

Manoel Bomfim (1868-1932) foi ao mesmo tempo um inovador, cujo brilhantismo revolucionário frequentemente nadava contra a corrente, e um homem do seu tempo, cuja obra se encaixa perfeitamente na sua época. Não resta dúvida que seus surpreendentes escritos antecipam diversos conceitos que associamos à teoria da dependência e ao chamado pensamento pós-colonial, e prefiguram muitas das idéias que seriam posteriormente desenvolvidas pela nata da intelectualidade brasileira durante a primeira metade do século XX, como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Paulo Prado e Caio Prado, Jr, entre outros, embora destes só Gilberto Freyre parece ter lido o pensador sergipano. Ao mesmo tempo, contudo, sua reflexão sobre a questão da identidade brasileira não só faz parte de uma das tendências mais marcantes na nossa história intelectual a partir da virada do século passado – Manoel Bomfim foi um dos primeiros “intérpretes do Brasil” – como se escora também numa crença na possibilidade de se definir um suposto caráter nacional, bastante prevalente entre os modernistas, mas da qual, influenciados pelos ventos pós-modernos, nos vimos afastando há pelo menos três décadas.<sup>1</sup> Impulsionado pela republicação de seus livros, o ressurgimento do interesse pela sua obra, de impressionante atualidade apesar de alguns inevitáveis resquícios de bolor intelectual, vem colaborando para restaurar a centralidade de Manoel Bomfim no pensamento social brasileiro do século XX.

Neste ensaio vamos nos deter nos livros *A América Latina: males de origem* (1905) e *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira* (1929) com algumas pequenas incursões por duas outras obras, a saber, *O Brasil na história: deturpação das tradições, degradação política* (1930) e *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira* (1931).

O primeiro dos livros não científicos de Manoel Bomfim<sup>2</sup> parece, à primeira vista, destoar do resto de sua obra, na medida em que ainda trabalha com o conceito de “América Latina”, terminologia que o autor rejeitará subsequente, chamando, antes, atenção para as diferenças entre a colonização portuguesa e a castelhana, e acentuando a heterogeneidade das nações “neo-ibéricas”, termo que geralmente prefere a “latino-americanas”. Uma leitura mais atenta de *A América Latina: males de origem* não deixa dúvida, contudo, que se encontra aí o embrião do seu pensamento, a ser aprofundado, antes que rejeitado, nos livros posteriores. Nesse livro Bomfim não propõe prioritariamente definir uma identidade latino-americana, na qual o autor nunca parece ter acreditado, mas refletir sobre as interconexões entre colonizadores e colonizados, revelar a formação dos laços de dependência entre a Europa e a América, e conceitualizar a possibilidade de uma marcha das sociedades latino-americanas na direção do progresso, apesar de todos os seus “males de origem”.

<sup>1</sup> Neste sentido é importante ressaltar que já em 1954 Dante Moreira Leite questionava a noção de caráter nacional, que considerava uma “ideologia”, isto é, “descrição que nem sempre se fundamenta em observações cientificamente conduzidas” (LEITE, 1959, p. 86).

<sup>2</sup> Antes de escrever *A América Latina: males de origem*, Bomfim, médico por formação acadêmica, havia publicado dois trabalhos sobre zoologia e botânica.

É, portanto, no primeiro livro que Bomfim formula o teorema sobre o Brasil que tentará provar ao curso de sua vida.

O livro foi escrito como resposta aos europeus que, apoiados no cientificismo naturalista e no chamado racismo científico, consideravam os povos da América Latina como inferiores, incapazes de se auto-governar e condenados irremediavelmente ao atraso político, social e econômico. Bomfim se levanta contra essa ideologia, que, como sabemos, exercera enorme influência no Brasil, inclusive em intelectuais contemporâneos seus, do porte de Euclides da Cunha, Nina Rodrigues e Sílvio Romero.<sup>3</sup> Rejeitando a exclusão dos latino-americanos pelos europeus como um “outro”, Bomfim insere a América Latina dentro da civilização ocidental, qualificando aquela, ao mesmo tempo, como vítima da colonização européia, caracterização cuja ambigüidade constitui um dos alicerces de seu argumento:

Mas, no nosso caso, participando diretamente da civilização ocidental, pertencendo a ela, relacionados diretamente, intimamente a todos os outros povos cultos, e sendo ao mesmo tempo dos mais atrasados, e por conseguinte dos mais fracos, somos forçosamente infelizes. Sofremos todos os males, desvantagens e ônus fatais às sociedades cultas, sem fruirmos quase nenhum dos benefícios com que o progresso tem suavizado a vida humana. (BOMFIM, 2005, p. 53)

É a partir da *interdependência* histórica entre a Europa e a América Latina que o autor construirá a *dependência* moderna dos latino-americanos em relação aos europeus. Os fundamentos do problema repousam no *parasitismo* colonial, resultante da atividade depredadora da Europa, marcadamente dos países ibéricos, no Novo Mundo, com a conivência das elites locais. Para Bomfim, o domínio português “só veio a diferenciar-se de uma pirataria comum em ser uma rapina organizada por um Estado político” (BOMFIM, 2005, p. 96). Surgem aí, portanto, as raízes de uma verdadeira mentalidade pós-colonial, que será retomada nos livros posteriores. Bomfim revela, assim, um pensamento bastante avançado para a época, ainda ausente, por exemplo, mesmo em um contemporâneo politicamente progressista e combativo como Euclides da Cunha. Diferentemente de Bomfim, Euclides não entendia, conforme indiquei em outro texto, que a trágica exclusão do sertão não advinha simplesmente de uma espécie de falha moral das elites brasileiras, mas estava intimamente relacionada com a posição do Brasil numa ordem mundial, cuja dinâmica exige que alguns países exerçam um papel periférico e dependente, compreensão que, como Roberto Schwarz demonstrou em *Um mestre na periferia do capitalismo*, Machado de Assis já possuía.<sup>4</sup>

Um dos grandes achados retóricos de Manoel Bomfim, a metáfora do *parasitismo*,<sup>5</sup> fundamental no pensamento do autor, merece atenção especial. Médico e cientista por formação,

<sup>3</sup> Embora hegemônica, essa ideologia será contestada por alguns outros poucos intelectuais além de Manoel Bomfim, como Araripe Jr, em sua introdução a *Esboços e fragmentos* de Clóvis Beviláqua (1899), Antônio Torres em *O problema nacional* (1914) e Álvaro Bomilcar em *O preconceito de raça no Brasil* (1916). Para uma discussão mais aprofundada desses “dissidentes”, consultar o terceiro capítulo do livro *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro* de Thomas E. Skidmore.

<sup>4</sup> Ver meu ensaio “Literature and Citizenship: From Euclides da Cunha to Marcos Dias”, especialmente as páginas 15-17.

<sup>5</sup> O termo já havia sido utilizado por Oliveira Martins desde os anos 70 do século XIX para designar uma forma de vida improdutiva, dependente do Estado. Em *Portugal e o socialismo*, Oliveira Martins ataca o “parasitismo aristocrático-tolo dos filhos da classe média pela educação universitária” (MARTINS, 1953, p. 30). Agradeço essa referência ao Professor Sérgio Campos Matos da Faculdade de Letras de Lisboa.

Bomfim encontra inspiração para essa metáfora na biologia, mais especificamente nas pesquisas sobre um curioso animal marinho, o *Chondracanthus gibbosus*. Originalmente um crustáceo, esse animal se degrada num organismo semelhante a um verme ao se tornar uma parasita. Fixado a um outro animal, seus órgãos se atrofiam e o *Chondracanthus* perde praticamente toda a sua atividade vital, degenerando-se num organismo inferior, e impedindo que o animal que o nutre também se desenvolva. Bomfim traça uma analogia entre a involução do *Chondracanthus* e a história dos países ibéricos, especialmente nas relações com suas colônias. Apesar de um passado glorioso, marcado por uma impressionante incorporação de povos, raças, tradições e costumes, no início da Idade Moderna tanto a Espanha quanto Portugal sucumbem à cupidez que acompanhou a expansão ultramarina e passam a viver parasitariamente dos frutos das suas conquistas. A colonização das Américas se faz, para a infelicidade das futuras nações neo-ibéricas, já durante a decadência peninsular, marcada pela inércia do mercantilismo:

Quando começou a colonização da América, já as nações peninsulares estavam viciadas no parasitismo, e o regime estabelecido é desde o começo um regime preposto exclusivamente à exploração parasitária. Desde o início da colonização, o Estado só tem um objetivo: garantir o máximo de tributos e extorsões. Concedem-se as terras aos representantes das classes dominantes, e estes, aqui – pois não vêm para trabalhar – escravizam o índio para cavar a mina ou lavrar a terra. Quando ele recalçitra ou se extingue, fazem vir os negros africanos, e estabelece-se a forma de parasitismo social mais completa, no dizer de Vandervelde (BOMFIM, 2005, pp. 128-129).

Na alegoria<sup>6</sup> de Bomfim, todas as classes sociais são infectadas, num círculo vicioso de degradação sistemática, resultado do “parasitismo depredador” (BOMFIM, 2005, p. 106) institucionalizado pelos colonizadores ibéricos, gerador de vícios que se perpetuariam por séculos:

O importante era recolher a riqueza e digeri-la. Todo o mundo correu à obra, todas as classes se incorporaram ao parasitismo. O Estado era parasita das colônias; a Igreja parasita direta das colônias, e parasita do Estado. Com a nobreza sucedia a mesma coisa: ou parasitava sobre o trabalho escravo, nas colônias, ou parasitava nas sinecuras e pensões. A burguesia parasitava nos monopólios, no tráfico dos negros, no comércio privilegiado. A plebe parasitava nos adros das igrejas ou nos pátios dos fidalgos. (BOMFIM, 2005, p. 119)

Da mesma forma que a parasita é inseparável do organismo que a alimenta, a mentalidade parasitária contamina tanto a Metrópole quanto as colônias: “A colônia é parasitada; mas mesmo dentro da colônia, o parasitismo se exerce. Em suma, a vítima das vítimas é o escravo, e este é o único que não tem voz, nem para queixar-se!” (BOMFIM, 2005, p. 131). Ao contrário das

<sup>6</sup> Uso aqui o termo *alegoria* no sentido que lhe confere Walter Benjamin, incluindo suas conexões com ruínas e fragmentação, por oposição à unidade do símbolo. Ver *As origens do drama barroco*.: “Enquanto no símbolo a destruição é idealizada e o rosto transfigurado da natureza é fugazmente revelado sob a luz da redenção, na alegoria o observador é confrontado com a *facies hippocratica* da história, vista como uma paisagem petrificada e primordial” (BENJAMIN, 1977, p. 166).

nações do norte da Europa, a Espanha e Portugal, paralisadas em sua evolução pelo pernicioso sistema mercantilista, perdem o bonde da modernidade:

Enquanto os outros povos, seguindo a evolução normal das sociedades ocidentais, passavam do viver militar ao regime industrial, e entravam, na fase verdadeiramente produtora, as nações ibéricas transformavam-se definitivamente em parasitas sedentários; cerravam os olhos e tapavam os ouvidos ao progresso científico, aferravam-se a esse viver que lhes parecia o ideal – sugar! sugar! sugar!... E de decadência em decadência, degenerando e retrogradando sempre, chegaram a perder todo o caráter primitivo, toda a originalidade própria – estética e filosófica. (BOMFIM, 2005, p.131)

Ao mesmo tempo e apesar de um certo anti-americanismo, manifestado sobretudo nas suas veementes críticas à Doutrina Monroe,<sup>7</sup> Bomfim contrasta a triste situação das nações neo-ibéricas, especialmente o Brasil, com a situação bem mais positiva dos Estados Unidos, duas nações aparentemente tão semelhantes e no entanto tão diferentes. Assim, Bomfim inaugura a tendência na história intelectual brasileira de olhar para o Brasil e os Estados Unidos como imagens especulares, tendência essa que informará o pensamento de Oliveira Lima, e eclodirá na obra de Gilberto Freyre, Érico Veríssimo, Vianna Moog, Richard Morse e mais recentemente Roberto daMatta<sup>8</sup>:

Na América do Norte, os estados do Sul estão, hoje, em situação bem próspera, apesar da escravidão. É que as colônias inglesas puderam organizar-se desde logo segundo convinha aos seus próprios interesses, e não foram vítimas de um parasitismo integral, como esse que as metrópoles ibéricas estabeleceram para suas colônias. Aqui os maus efeitos da escravidão se complicaram e se agravaram com as desastrosas conseqüências dos monopólios e privilégios – os *exclusivos mercantis*, instituídos sobre o comércio colonial, as restrições fiscais, o sistema bárbaro dos tributos, o embaraço, a proibição formal às indústrias manufatureiras, tornando-se impossível qualquer esforço de iniciativa particular, pela interdição de toda inovação progressista. (BOMFIM, 2005, p. 150)

<sup>7</sup> Para uma melhor compreensão deste aspecto do pensamento de Bomfim, examinem-se as páginas 48-51, inclusive as notas de rodapé, de *A América Latina: males de origem*.

<sup>8</sup> Refiro-me a livros como *América latina e América inglesa: a evolução brasileira comparada com a hispano-americana e com a anglo-americana* de Manuel de Oliveira Lima, *Casa grande e senzala* de Gilberto Freyre, *Gato preto em campo de neve* e *A volta do gato preto* de Érico Veríssimo, *Bandeirantes e pioneiros* de Clodomiro Vianna Moog, *O espelho de Próspero* de Richard Morse e *Tocquevillianas* de Roberto da Matta.

Ao utilizar a metáfora da parasita para explicar a formação e identificar as origens da situação atual das nações latino-americanas, Manoel Bomfim realiza uma das críticas mais eloqüentes das conseqüências nefastas do mercantilismo ibérico, tais como a desvalorização do trabalho e a perpetuação do sistema escravocrata como entraves à modernização, prefigurando o Sérgio Buarque de Holanda de *Raízes do Brasil* (1936) e o Caio Prado, Jr. de *Formação do Brasil contemporâneo* (1942). Ao mesmo tempo, assumindo uma postura liberal clássica, apesar de uma tendência generalizada ao socialismo no seu pensamento, o autor demonstra uma mentalidade afinada com o pensamento econômico mais moderno, que, com a exceção de algumas poucas

figuras como João Pandiá Calógeras (1870-1934) e Rui Barbosa (1849-1923)<sup>9</sup>, era raro na jovem república brasileira do café com leite, dominada pelo protecionismo governamental em prol dos interesses rurais, especialmente os cafeeiros. Paradoxalmente, contudo, Bomfim não deixa de ser um homem de seu tempo. A metáfora do parasitismo está vinculada a uma concepção biológica da sociedade, bastante comum na época. Quando Bomfim, para justificar a adequação dessa metáfora, escreve que “as sociedades existem como verdadeiros organismos, sujeitos como outros a leis categóricas” (BOMFIM, 2005, p. 57), ouvimos uma melodia claramente positivista malgrado os ataques de Bomfim à filosofia positiva. Essa melodia reaparece na sua fé inabalável no progresso, com base na reforma da sociedade, a ser atingida especialmente através de suas propostas educacionais.<sup>10</sup> O livro tem um fecho que, com seu desbragado ufanismo e suas veleidades parnasianas, é digno de Afonso Celso e Olavo Bilac<sup>11</sup>:

Deixemos às gentes *conservadoras e refletidas* o condenar e desprezar a utopia – Marthas, absorvidas na banalidade comum, que o uso já mecanizou; queiramos o que será a glória de amanhã: uma América feliz, na clemência de seu clima, no esplendor deste céu, inteligente, laboriosa e pacífica na comunhão social, meiga e fraterna na expansão natural da instintiva cordialidade, apartada dos egoísmos ferozes que aviltam outras civilizações. Que “os mortos enterrem seus mortos”; voltemo-nos para a ação fecunda, demos à vida toda a nossa atividade, e ela nos levará para o progresso e para a vitória, como leva a árvore para o alto e para a luz. (BOMFIM, 2005, p. 383)

Essa conclusão mal oculta, porém, um espinhoso problema conceitual, ao qual Bomfim retornará em *O Brasil na América*: como conciliar essa visão utópica de uma América Latina feliz no porvir com os efeitos supostamente degenerativos do parasitismo. Sem maiores explicações, o autor propõe que a colônia “não participa da degeneração integral que invade a metrópole” (BOMFIM, 2005, p.342) e que a maior parte da colônia “protesta logo contra o regime, põe-se em oposição a ele, resiste, por conseguinte, à marcha degenerativa” (BOMFIM, 2005, p.343). Ao mesmo tempo Bomfim rejeita o determinismo característico das concepções cientificistas da sociedade, sugerindo que “o parasitismo social não é irredutível como o parasitismo biológico” (BOMFIM, 2005, p.343) e que o parasitismo se pode regenerar desde que sejam reconhecidas as causas da degeneração. Ao pretender identificar os “males de origem,” o livro de Bomfim configura-se, portanto, como verdadeira arma de combate, inserindo-se no processo educacional que o autor julga ser imprescindível para a transformação da sociedade:

Reclamando a difusão da instrução, a prática da ciência, como o meio de curar os nossos males essenciais, e de avançar para

<sup>9</sup> Seria bom lembrar que, apesar do paralelismo aqui traçado, Manoel Bomfim tinha pouca simpatia por Rui Barbosa, tendo-se inclusive demitido de sua posição de colaborador de *A Nação*, de que era redator-chefe seu grande amigo Alcindo Guanabara, por ter esse periódico publicado um discurso de Rui Barbosa, cujo pensamento católico Bomfim julgava ser incompatível com a proposta socialista do jornal. Para uma narrativa documentada dessa polêmica, consultar o livro *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim* de Ronaldo Conde Aguiar, pp. 261-267.

<sup>10</sup> Sobre a aversão de Bomfim ao positivismo, ver AGUIAR, 2000, pp. 141-146. Segundo Aguiar os maiores pontos de discordância seriam a tendência positivista a ver a educação como meramente utilitária e o descaso dos positivistas pela educação elementar generalizada, uma das obsessões de Bomfim.

<sup>11</sup> É bom lembrar que Olavo Bilac foi amigo e colaborador de Bomfim, tendo os autores escrito a quatro mãos o livro *Através do Brasil*, destinado ao curso médio.

o progresso, não queremos atribuir à cultura intelectual nenhuma virtude miraculosa, senão a importância que ela teve e tem na história da civilização. Demos que a instrução não seja o objetivo único do progresso; não se poderá negar, porém, que é um dos seus objetivos, um dos *fins* e, ao mesmo tempo, um meio – o meio principal (BOMFIM, 2005, p.363).

É importante ressaltar, todavia, que essa regeneração é apresentada como dependendo igualmente de um suposto caráter nacional, intrínseco à identidade neo-ibérica. Em contraste com sua análise do parasitismo, o autor aponta uma série de caracteres potencialmente positivos, que teriam sido paradoxalmente transmitidos pelos ibéricos aos neo-ibéricos e que contrabalançariam a influência do parasitismo, possibilitando essa transformação. Prefigurando Sérgio Buarque de Holanda, Bomfim destaca com orgulho a *plasticidade* ibérica, expressa numa enorme capacidade de assimilação: “Este poder de assimilação deriva de uma grande plasticidade intelectual e de uma sociabilidade desenvolvidíssima, qualidades preciosas para o progresso, e mercê das quais estas nacionalidades seriam hoje entre as primeiras do Ocidente, se não tivessem derivado para o parasitismo que as degradou” (BOMFIM, 2005, p.259). Opondo-se à ideologia dominante em sua época, Bomfim rejeita os conceitos de raças superiores e inferiores, nega que a mistura de raças conduza à degeneração, afirma a ausência de preconceito racial no Brasil, e faz uma apologia da mestiçagem que só será retomada com a mesma eloquência três décadas depois por Gilberto Freyre. Todavia, apesar de sua compreensão bastante avançada da relação entre colonizador e colonizado, o que Bomfim não consegue entender, preso ainda ao essencialismo do conceito de caráter nacional – e que, obviamente, o diferencia dos críticos pós-coloniais contemporâneos – é que a capacidade de resistência que ele mostra existir desde o início da colonização provém não do caráter nacional, mas sim das contradições inerentes à própria situação colonial.

Essas questões são detalhadamente trabalhadas em *O Brasil na América*. Enquanto o ponto de partida do livro de 1905 era uma reflexão sobre a experiência neo-ibérica na sua totalidade, o livro de 1929 focaliza no Brasil em suas relações com o resto da América. Apesar dos traços comuns, Bomfim enfatiza as diferenças entre as nações neo-ibéricas, postulando, desde o prefácio, a excepcionalidade do Brasil: “verificado o que é comum, torna-se indispensável destacar o que possa distinguir o Brasil entre os outros neo-ibéricos” (BOMFIM, 1997, p. 27). Com grande precisão, Bomfim propõe que os traços que supostamente unem os “chamados *latino-americanos* são, tão-somente, conseqüências necessárias de formação colonial” (BOMFIM, 1997, p. 33) e insiste que o próprio termo *América Latina* mal esconde interesses neo-

coloniais combinados a uma ignorância quanto às verdadeiras condições da latinoamericanidade:

Expressão de tanto uso, essa *América Latina* deve servir, sensatamente, para designação geográfica – do grupo de nações formadas por ibéricos, num regime colonial de subordinação e dependência imediata, e que logo se degradou em parasitismo, despótico, antiprogressista. No mais, é designação nula, própria somente para a tecnologia fútil dos que, aceitando a divisão fácil do Ocidente em – latinos, germânicos, eslavos... voltados para esse lado, concluem, que deve haver uma América Latina, para contrapor-se à América inglesa (BOMFIM, 1997, p. 32).

Bomfim estabelece a excepcionalidade brasileira através de um sistema de diferenças históricas e culturais. A mais básica destas, que será retomada por Sérgio Buarque de Holanda em sua tipologia do sementeiro e do ladrilhador, remonta às nossas origens peninsulares. Diferentemente dos castelhanos, o “gênio português”, expressão utilizada freqüentemente por Bomfim, manifesta-se na “relativa superioridade política, e uma acentuada tendência para a unificação nacional explícita” (BOMFIM, 1997, p. 45), na “*tenacidade* . . . a essência do temperamento português” (BOMFIM, 1997, p. 49), bastante diverso do cavalheirismo espanhol (BOMFIM, 1997, p. 75), na sua modernidade pioneira (“Portugal foi a nação em que primeiro se revelou esse espírito moderno” BOMFIM, 1997, p. 53), na sua adaptabilidade, avessa “à rígida intransigência e à sobranceira do castelhano” (BOMFIM, 1997, p. 76), na “aparente moleza de atitudes do português, apenas arrastadamente obstinado, quando o espanhol é rude e arrogante” (BOMFIM, 1997, p. 76) e até mesmo na invenção da própria noção moderna de Império:

Portugal, esse, teve a concepção de um Império em exploração ultramarina; esboçou-o, lançou-lhe os alicerces, e tê-lo-ia realizado, se não se corrompesse pela grandeza mesma a que se elevava. Decaiu; outros o imitaram, ao mesmo tempo que os espoliavam, e coube à Inglaterra o papel de alcançar, em plenitude de efeitos, os bons proventos de um tal Império, antevisto e preparado pelo gênio português (BOMFIM, 1997, p. 56).

Em grande parte devido ao seu caráter, os portugueses criam na América uma “nova sociedade” (BOMFIM, 1997, p. 109) bastante diferente daquelas estabelecidas pelos espanhóis. Essa sociedade desde o início possui características que a unificam e que, apesar das bases portuguesas da formação do Brasil, distinguem desde cedo os brasileiros dos seus ancestrais lusitanos, como indica a utilização do nome próprio *Brasil* desde os primórdios da história brasileira:

Exemplo único, por toda esta América, o Brasil é a nação que existe para o mundo, no signo de um nome seu, muito antes de poder possuir soberania própria. Quase toda a história colonial



se faz conduzida por esse nome, que, se existe, é porque corresponde à necessidade de indicar uma realidade – a unidade ideal, superior às contingências e vicissitudes da colonização (BOMFIM, 1997, p. 336).

Em outras palavras, o lusitanismo brasileiro ao mesmo tempo é fator que diferencia os brasileiros dos outros povos neo-ibéricos, e, dada as suas características únicas, permite, paradoxalmente, que o Brasil logo se distinga da pátria mãe: “desde cedo nos individualizamos, por evolução inconfundível” (BOMFIM, 1997, p. 339).

Ao contrário das colônias hispânicas, que teriam reproduzido a Espanha no Novo Mundo, idéia que reaparecerá em Sérgio Buarque de Holanda, “o Brasil não é apenas um Portugal emigrado” (BOMFIM, 1997, p. 107), na medida em que a nova sociedade criada pelos portugueses nos trópicos teria sido capaz de integrar uma multiplicidade de elementos.: “O encontro de povos, aqui, foi mais que o simples domínio, realizado nas colônias espanholas. Foi, desde logo, absorção dos naturais para a formação da população colonial” (BOMFIM, 1997, p. 107). Apesar de concordar com Carl Friedrich Philip von Martius e outros que “Portugal terá sido o fator dominante, o determinante, na formação do Brasil” (BOMFIM, 1997, p. 107), Bomfim detecta no Brasil um hibridismo fundamental, muito mais profundo e complexo que a mera mistura de raças.<sup>12</sup> Esse hibridismo conduz ao aparecimento de algo que, nas palavras de Bomfim, é “novo e próprio” do Brasil, e que o autor condensa na expressão “gênio brasileiro” (BOMFIM, 1997, p. 36), conceito que ao mesmo tempo incorpora e se sobrepõe ao freqüentemente mencionado “gênio português”:

Tais dissertadores discorrem como se fora possível que tradições se encontrassem, conservando-se impermeáveis entre si, sem reciprocidade de influxos, sem conseqüências na vida social e intelectual que se originou deste encontro. Ora, em vez disto, todos o sabemos: mais do que os sangues, caldeiam-se as tradições logo que as raças diferentes se encontram. Combinam-se as qualidades de espírito e completam-se as respectivas manifestações, numa expressão vivamente nova e original (BOMFIM, 1997, p. 36).

<sup>12</sup> “No Brasil, o povo não poderia ser a simples soma de *português* e *índio*, porque algumas das mais sensíveis qualidades de caráter, num e no outro, são valores de antagonismo. Como, porém, o produto se define numa combinação, os próprios antagonismos prevalecem . . .” (BOMFIM, 1997, p. 110).

<sup>13</sup> Ao contrário de Gilberto Freyre, contudo, Bomfim valoriza sobretudo o papel do indígena, negando que a influência africana tenha sido tão importante na formação inicial do Brasil.

Essa posição, bastante mais radical que a dos comentaristas que o precedem, resulta da própria concepção de raça na obra de Manoel Bomfim. Antes de Gilberto Freyre, que geralmente é apontado como o introdutor do culturalismo no pensamento antropológico brasileiro, Bomfim já propunha que raça é inseparável de cultura: “A verdadeira ciência, a que se faz na observação criteriosa e desapassionada dos fatos, tem proclamado já que o valor atual das raças é, apenas, valor de cultura” (BOMFIM, 1997, p. 196)<sup>13</sup>. Partindo do princípio de que não existe preconceito racial no Brasil, lugar comum no pensamento brasileiro

da primeira metade do século XX<sup>14</sup> e, ao mesmo tempo, se posicionando abertamente contra o arianismo de Oliveira Viana, Bomfim caracteriza a sociedade brasileira como intrinsecamente sincrética e postula a miscigenação como benéfica: “nos casos da população brasileira, em vez de ser um mal, [a miscigenação] é uma vantagem” (BOMFIM, 1997, p. 167). Bomfim aponta a mestiçagem como o fundamento da identidade brasileira, resumindo seu pensamento racial na fórmula de que o Brasil se individualiza por uma “caboclagem tinta de cristianismo” (BOMFIM, 1997, p. 109).

O culturalismo de Bomfim, em que raça é mais alma do que corpo, é consistente com a valorização dos elementos espirituais na obra do autor sergipano. As qualidades do gênio português constituem fator positivo na formação do Brasil. O que Portugal introduz de negativo provém de fatores materiais: o parasitismo gerado pelo sistema mercantil e corporificado na Casa de Bragança, que degrada o gênio português e degenera o corpo brasileiro. À semelhança de Euclides da Cunha, Bomfim constrói a imagem de um Brasil partido. Mas enquanto para Euclides o Brasil estava fraturado entre o litoral e o sertão, para Bomfim o Brasil está dividido pela sua dupla e contraditória herança de uma tradição heróica, que remonta aos primórdios da nação portuguesa, e da decadente tradição bragantina, perpetuada pelas elites nacionais. O Brasil é resultado de uma espécie de psicomaquia entre, de um lado, um espírito independente, criativo e contestador, presente desde o início da nossa formação, e, de outro lado, um corpo sócio-político doente, contagiado pelo decadente colonialismo português. A identidade brasileira se configura, assim, como um *entre-lugar*, dividida pela dupla influência de um espírito benfazejo e de um corpo degradado:

O Brasil, esse teve de passar por toda uma luta íntima, do organismo infectado, luta além dos simples embates sangrentos, para eliminar das gerações os feitos da infecção; luta que se perpetua, porque a depuração é lenta, e porque a vitória efetiva seria a formação de dirigentes doutra escola, que não essa do Estado português-bragantino que nos ficou (BOMFIM, 1997, p. 384).

Vem daí o crescente pessimismo de Bomfim quanto ao futuro do Brasil. Apesar da aparente superioridade portuguesa no processo de criação de uma nova sociedade nos trópicos, outras nações neo-ibéricas foram adiante, em parte porque conseguiram se livrar de grande parte da herança ibérica<sup>15</sup>:

Uma Argentina, um Chile, e mesmo outras, de gentes castelhanas, são verdadeiras nações modernas, enquanto que nós, apesar de quanto trabalhemos e elevemos o espírito, continuamos a ser um povo possuído e levado por maus feitores, espoliado em corpo e alma, sem direito, sequer, de esperar e preparar o futuro, porque este se absorveu neles, nesses diri-

<sup>14</sup> Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda, descrevendo a “plasticidade social” da colonização portuguesa, aponta “a ausência completa, ou praticamente completa, entre eles [os colonizadores portugueses], de qualquer orgulho de raça” (HOLANDA, 1982, p. 22). Gilberto Freyre, logo no primeiro capítulo de *Casa grande e senzala*, comenta que “o Brasil formou-se, despreocupados os seus colonizadores da unidade ou pureza de raça” (FREYRE, 1992, p. 29).

<sup>15</sup> Aqui, mais uma vez, Manoel Bomfim prefigura Sérgio Buarque de Holanda, que defendia a tese de que o Brasil só conseguiria tornar-se uma nação verdadeiramente moderna livrando-se dos resquícios do personalismo e do patrimonialismo ibéricos.

gentes que esgotaram o próprio porvir, com empréstimos que consomem e os desesperos e colapsos que semeiam (BOMFIM, 1997, p. 384).

O Brasil, entretanto, permanece suspenso entre as características benéficas e malélicas das nossas origens portuguesas enquanto as elites brasileiras, herdeiras do parasitismo lusitano, permitiram que fôssemos relegados a uma situação neocolonial.

Esse amargurado pessimismo manifesta-se em livros posteriores embora Bonfim nunca abandone completamente sua utopia nacionalista. Em *O Brasil na história* Bomfim demonstra como a história brasileira não só se fez como também foi escrita para atender aos interesses dos dominadores em detrimento dos dominados, reproduzindo em moto perpétuo as origens coloniais da formação brasileira. Interessado em mostrar que existe uma outra história, Bomfim constrói sua versão em oposição a Varnhagem, que, segundo o autor, não passa de um “brasileiro de encomenda” e um “historiador mercenário” (BOMFIM, 1930, p. 122) a serviço da Casa de Bragança e das elites brasileiras. Diferentemente, Bomfim traz para o centro de sua historiografia eventos geralmente considerados marginais ou secundários na linha evolutiva da história oficial brasileira, como a Revolução Pernambucana de 1817, que possam servir como exemplos de possíveis transformações sociais e políticas.

Em *O Brasil nação*, Bomfim critica as elites políticas e militares, enquanto adota uma postura abertamente revolucionária, bem diversa, portanto, do reformismo ilustrado do primeiro livro. Fazendo questão de se distanciar do tenentismo e do getulismo, no posfácio do volume, datado de 1931, Bomfim faz uma análise impiedosa da Revolução de 30, ressaltando o continuísmo desta com os ideais da Velha República, configurada como herdeira do parasitismo colonial. Bomfim caracteriza a Revolução de 30 como uma disputa doméstica entre os oligarcas de Minas Gerais e São Paulo, uma “agitação preparada no comum da politiquice tradicional, e [que] assim tangida, não há que esperar nenhuma renovação revolucionária” (BOMFIM, 1996, p. 583). Mantendo sua fé no povo brasileiro, “plástico, facilmente adaptável, com essa maravilhosa aptidão dos tangedores de rebanhos a desbravar caatingas, e dos bandeirantes a galgar serras e transpor os rios” (BOMFIM, 1996, p. 588), o autor propõe uma verdadeira revolução que reformasse completamente a sociedade brasileira, e cujo programa incluiria a redistribuição de terras, a educação popular, a reorganização do Banco do Brasil em uma espécie de banco de desenvolvimento, o melhor aproveitamento dos nossos recursos agrícolas, de nossas reservas e do nosso potencial hidroelétrico, a universalidade da saúde, higiene e moradia, e a justiça social. Essas transformações, destinadas a curar o infectado corpo social,

econômico e político, desembocariam na realização última das potencialidades embutidas no espírito nacional: “É este o caos santo, donde surgirá o que, na sua hora, definirá explicitamente a alma brasileira” (BOMFIM, 1996, p. 589).

Mesmo com seu espírito lutador, Manoel Bomfim não conseguiu vencer a longa e penosa batalha com um câncer de próstata, que finalmente o derrotou em 22 de abril de 1932 – coincidentemente, para esse inveterado nacionalista, o dia em que se celebravam os quatrocentos e trinta e dois anos do descobrimento do Brasil – e, portanto, não pôde testemunhar como a modernização do Brasil iniciada na década de 30 realizaria alguns de seus sonhos sem, paradoxalmente, conseguir se livrar completamente do parasitismo secular. No entre-lugar em que continuamos a viver, o pensamento de Bomfim, apesar de algumas inevitáveis marcas de envelhecimento, mantém sua relevância e atualidade.

### Abstract

*The works of Manoel Bomfim (1868-1932) demonstrate a profound and forward-thinking understanding of the complex and ambiguous relationship between the Iberian nations and “neo-Iberians,” terminology that Bomfim prefers to “Latin Americans.” Bomfim denies the unique place occupied by Brazil within the social, political, and cultural landscape of the Lusophone world in terms of a dialectic between a mentality conscious of its difference (qualified as post-colonial as early as the 17<sup>th</sup> century) and the persistent “parasitism” of the Iberian heritage supposedly infecting our political and social body, and leaving dire consequences from which we have been unable to completely recover. Rejecting notions of synthesis and harmony dear to official thought and codified in the 19<sup>th</sup> century writings of von Martius, Bomfim constructs Brazilian national identity as an “in-between space,” configured as a kind of psychomachy between an independent, creative, contestatory spirit on one hand, and a diseased (socio-political) body, contaminated by the decadent Portuguese colonialism on the other. Bomfim’s writings prefigure many concepts that would be developed by the cream of the Brazilian intelligentsia during the first half of the 20<sup>th</sup> century, including such seminal thinkers as Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, and Caio Prado, Jr., among others.*

**Keywords:** *parasitism; post-colonial; identity; in-between space; neo-Iberian.*

## Referências

- AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- ARARIPE JR., Alencar. "Introdução". *Esboços e fragmentos de Clóvis Beviláqua*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1899.
- BENJAMIN, Walter. *The Origin of German Tragic Drama*. Trad. John Osborne. 1928. London: NLB, 1977.
- BILAC, Olavo e Manoel BOMFIM. *Através do Brasil: livro de leitura para o curso médio das escolas primárias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1923.
- BOMFIM, Manoel. *América Latina: males de origem*. 1905. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.
- \_\_\_\_\_. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. 1929. 2 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- \_\_\_\_\_. *O Brasil na história: deturpação das tradições, degradação política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.
- \_\_\_\_\_. *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira*. 1931. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- BOMÍLCAR, Álvaro. *O preconceito de raça no Brasil*. Rio de Janeiro: Aurora, 1916.
- DAMATTA, Roberto. *Tocquevillianas: notícias da América*. Rio: Rocco, 2005.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. 1933. 28ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 1936. 15ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: descrição das características psicológicas do brasileiro através de ideologias e estereótipos*. 1954. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Boletim 230, Psicologia 7, 1959.
- LIMA, Manuel Oliveira. *A América Latina e a América Inglesa: a evolução brasileira comparada com a hispano-americana e com a anglo-americana*. Rio de Janeiro: Garnier, 1915.
- MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira. *Portugal e o socialismo: exame constitucional da sociedade portuguesa e sua reorganização pelo socialismo*. 1873. Lisboa: Guimarães & Cia, 1953.
- MARTIUS, Carl Friedrich Philip von. "Como se deve escrever a História do Brasil." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* Janeiro 6, 1845 (24): 389-411. Reprinted in *Cadernos do Centro de Pesquisa Literárias da PUC-RS* 1:2 (1995): 83-94.
- Moog, Clodomir Vianna. *Bandeirantes e pioneiros: paralelos entre duas culturas*. Rio de Janeiro: Globo, 1959.

- MORSE, Richard. *O espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas*. Trad. Paulo Neves. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 1942. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. 1928. 6ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.
- SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades, 1990.
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.
- VALENTE, Luiz Fernando. "Brazilian Literature and Citizenship: From Euclides da Cunha to Marcos Dias." *Luso-Brazilian Review* 38.2 (Inverno, 2001): 11-27.
- VERÍSSIMO, Érico. *A volta do gato preto*. Rio de Janeiro: Globo, 1946.
- \_\_\_\_\_. *Gato preto em campo de neve*. 1941. 2ª ed. Rio de Janeiro: Globo, 1961.